

RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

SENADO FEDERAL

Plenário – 19 a 21/03

No Plenário do Senado desta semana consta, Inicia-se nesta terça-feira (19), a partir das 14h, a primeira sessão de debates da proposta de emenda à Constituição que criminaliza a posse e o porte de entorpecentes e drogas afins, seja qual for a quantidade. A PEC 45/2023, que tem como primeiro signatário o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Senado.

Nesta quarta-feira (20), consta na pauta o PL 3027/2022, que cria a Política Nacional de Qualidade do Ar.

Outras matérias poderão ser deliberadas mediante acordo de líderes.

Resultado: O Plenário do Senado aprovou nesta terça-feira (19) o PL 1874/2022, que cria a Política Nacional de Economia Circular, com o objetivo de estimular o uso mais consciente dos recursos e priorizar produtos mais duráveis, recicláveis e renováveis. Agora o texto segue para análise da Câmara dos Deputados.

Novo Código Eleitoral: O senador Marcelo Castro (MDB-PI) apresentou à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) o relatório do Código Eleitoral (PLP 112/2021). Segundo ele, o projeto reúne sete leis sobre o tema e resoluções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Entre os destaques estão o prazo de 8 anos de inelegibilidade a partir do dia primeiro de janeiro do ano subsequente à eleição; a exigência do pedido de demissão quatro anos antes do pleito por parte de integrantes do Poder Judiciário, Ministério Público, das polícias e das Forças Armadas que quiserem ser candidatos; a carta de anuência em que os partidos estão de acordo com a desfiliação de deputados e vereadores, além das candidaturas coletivas.

Para acessar o parecer, [clique aqui](#).

CPI da Braskem – 19 e 20/03 - 9h

Na terça-feira (19), será ouvido o ex-secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Alexandre Vidigal de Oliveira, responsável pela fiscalização e monitoramento das minas de sal-gema em Alagoas. No mesmo dia, serão votados novos requerimentos de convocação, entre eles, um do ex-presidente da Braskem, José Carlos Grubisich.

Na quarta-feira (20), falam à CPI o Defensor Público da União, Diego Alves, que atuou na defesa das vítimas da Braskem no Brasil e na Holanda, e o defensor público do Estado de Alagoas, Ricardo Meiro, responsável pelos acordos firmados entre a mineradora e os moradores dos cinco bairros esvaziados em Maceió após o afundamento de solo.

Resultado: Realizada. Para assistir as reuniões, [clique aqui](#) e [aqui](#).

A CPI aprovou ainda pedidos de informações a Procuradoria da República no Estado da Bahia (PR/BA) o inteiro teor dos inquéritos civis e de todos os demais documentos relacionados ao afundamento (catástrofe ambiental decorrente da exploração de sal-gema) ocorrido na Ilha de Itaparica (BA). Para acessar o requerimento, [clique aqui](#).

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) – 20/03 - 10h - Plenário 03

ITEM 03 - [PL 4015/2023](#), que Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), 12.694, de 24 julho de 2012, e 13.709, de 14 agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para reconhecer como atividade de risco permanente as atribuições inerentes ao Poder Judiciário e ao Ministério Público e garantir aos seus membros medidas de proteção, bem como recrudescer o tratamento penal destinado aos crimes de homicídio e de lesão corporal dolosa contra eles, desde que no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente, inclusive por afinidade, até o terceiro grau, em razão dessa condição.

O relator, Senador Weverton, apresentou [parecer](#) favorável ao Projeto e às Emendas nº 1 e nº 2, e com duas Emendas que apresenta.

Resultado: Não deliberado

ITEM 10 - [PL 4027/2019](#), que altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para estabelecer a cooperação entre as polícias judiciárias e os órgãos de controle.

O relator, senador Marcos do Val, apresentou [parecer](#) pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Resultado: Não deliberado

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário - 19 a 21/03

Pauta da semana ainda não foi divulgada.

Resultado: A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (20) a nova reforma do ensino médio, que tem o objetivo de adequar as alternativas de formação dos estudantes à realidade das escolas. O texto muda alguns pontos da reforma do ensino médio de 2017 (Lei 13.415/17) e será agora enviado ao Senado.

A Câmara dos Deputados aprovou o PL 2/2024, que concede incentivo fiscal na depreciação de máquinas e equipamentos novos incorporados ao ativo de empresas de setores a serem definidos por decreto. De autoria do Poder Executivo, o Projeto será enviado ao Senado na forma do substitutivo.